CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO NA AGENDA INTERNACIONAL DO BRASIL DE 1990 A 2010

Science, technology and innovation in Brazil's international agenda from 1990 to 2010

Gabriela Dorneles Ferreira da Costa¹

Introdução

O advento da 4ª Revolução Industrial, nos últimos anos, ampliou a presença do tema da Ciência, Tecnologia e Inovação (CTI) nos debates sobre economia, sociedade e, também, relações internacionais. Ciência, tecnologia e inovação afetam e são afetadas pelas relações internacionais. Sabe-se, por um lado, que avanços na ciência e o desenvolvimento de novas tecnologias têm implicações para as relações internacionais, tanto no âmbito das relações entre governos quanto na esfera das relações entre sociedades. Por outro lado, desdobramentos políticos, econômicos e culturais internacionais têm implicações sobre o desenvolvimento científico e tecnológico das nações. E, embora sejam conteúdos diferentes, “ciência”, “tecnologia” e “inovação” são comumente agregadas como um único objeto de estudo por conta das suas interconexões e, por conseguinte, pela tenuidade na delimitação das políticas (policies) para essas áreas (DOMINGUES; COSTA, 2013).

Uma das questões proeminentes nesses debates é a forma como as aceleradas transformações científicas e tecnológicas estão sendo assimiladas pelos Estados. Nos últimos anos, Ciência, Tecnologia e Inovação “passaram a tomar a agenda de governos nos níveis nacionais e subnacionais, atraindo a atenção de ministérios e órgãos de governo, Instituições de Pesquisa e de Ensino Superior, bem como de agências de fomento.” (COSTA; DOMINGUES, 2014, p. 547). Mais especificamente, sob a óptica das relações internacionais, esse aspecto se traduz na pergunta sobre como os Estados estão concatenando suas estratégias de inserção internacional e suas Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação (PCTI), especialmente, no contexto da emergência de um novo paradigma científico-tecnológico.

¹ Mestranda em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP, PUC-SP). Graduada em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Email: gabrielaferreiradacosta@gmail.com

Nesse quadro, os debates sobre CTI sob a óptica das relações internacionais se encontram em ascensão e a análise da CTI no âmbito das políticas externas dos Estados constitui tema de fronteira na disciplina. Para além do já tradicional periódico *Science & Diplomacy*, criado em 2012 pelo Center for Science Diplomacy da American Association for the Advancement of Science (AAAS), a Edição Especial de 2018 sobre Diplomacia Científica do periódico *Global Policy* é indicativo do crescente reconhecimento da importância de tais análises (SCIENCE & DIPLOMACY, 2020; GLOBAL POLICY, 2018). No Brasil, a realização até o momento de duas edições (agosto de 2019 e agosto de 2020) da São Paulo School of Advanced Science on Science Diplomacy and Innovation Diplomacy (InnSciD SP) demonstra a propagação e a maturidade dos estudos do tema no país (INNSCIDSP, 2020). Diante disso, o objetivo do presente trabalho é compreender a presença do tema da Ciência, Tecnologia e Inovação (CTI) na agenda internacional do Brasil no período de 1990 a 2010 à luz das diretrizes de Política Externa Brasileira e das Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação (PCTIs) dos governos abarcados.

O recorte temporal abrange os governos de Fernando Collor (1990-1992), Itamar Franco (1992-1994), Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Lula da Silva (2003-2010). Essa delimitação se justifica pela necessidade de um panorama histórico do pós-redemocratização e que contemple governos de diferentes espectros político-econômicos, com distintas matrizes de política externa e sucessivas políticas nacionais de CTI, de modo que seja possível reconhecer eventuais alterações e contiguidades do tema na agenda internacional do país contextualizando tais ocorrências. Logo, os 20 anos demarcados cumprem esses requisitos. Ainda assim, reconhece-se a importância de agregar a análise da década de 2010 em pesquisas futuras a fim de aperfeiçoar o panorama da CTI na agenda internacional brasileira no pós-redemocratização.

A hipótese adotada pelo trabalho é a de que se pode notar uma abordagem diferente ao tema da CTI na agenda internacional do Brasil conforme as diferentes orientações político-econômicas dos governos em análise. Para avaliar tal proposição, a pesquisa se ampara em revisão da literatura para identificar o cerne das PCTIs e das orientações de política externa do período. Ademais, para demonstrar alguns aspectos específicos da CTI na agenda internacional do Brasil, foram levantadas algumas informações primárias na Plataforma Concórdia, uma ferramenta do Ministério das Relações Exteriores para consulta e acesso aos atos internacionais dos quais o Brasil faz parte (BRASIL, 2019). A exploração na Plataforma Concórdia foi construída a partir da busca pelos termos “ciência”, “tecnologia” e “inovação” no campo “título” dos tratados firmados pelo Brasil presentes no compilado de acordos da Plataforma Concórdia (BRASIL, 2019). Naturalmente, houve sobreposição nos dados numéricos coletados sobre os acordos na medida em que alguns acordos apresentaram mais de um termo no seu título. Todavia, a argumentação do trabalho não se sustenta nos dados extraídos da Plataforma, os quais servem com um complemento ainda assim pertinente.

O trabalho está estruturado em três seções de desenvolvimento. Na primeira, faz-se uma revisão bibliográfica sobre o tema da CTI e sua relevância para as estratégias de inserção internacional dos Estados, sobretudo, periféricos e semiperiféricos (caso do nosso objeto de estudo: o Brasil). Já as duas seções seguintes estão organizadas conforme as duas décadas de análise (1990 e 2000). Nessas duas seções, serão apresentadas as orientações de política externa predominantes em cada período, as diretrizes nacionais para PCTI, os

elementos de convergências entre elas e informações adicionais sobre acordos, negociações e o discurso diplomático brasileiro de modo geral que demonstram a abordagem da diplomacia brasileira para o tema da CTI.

Ciência, tecnologia e inovação e diplomacia na periferia

Para analisar a conduta da diplomacia brasileira em relação à CTI é necessário compreender a dimensão que a CTI possui para os Estados no plano internacional e entender a importância de se traduzir essa dimensão em estratégias de inserção internacional, especialmente nos casos dos países periféricos e semiperiféricos. Logo, o trabalho faz uso da categoria analítica “centro-periferia” para melhor compreender a interconexão da CTI e das relações internacionais. Essa categoria analítica é uma formulação genérica utilizadas por diversos espectros teóricos² os quais convergem no diagnóstico fulcral de uma economia mundial estruturalmente hierarquizada. De todo modo, a noção centro-periferia é empregada “[...] para significar uma antinomia sistêmica que se manifesta espacialmente, mas que não implica na divisibilidade do sistema econômico internacional, uma vez que os centros não existem sem as periferias” (SENE, 2018, p. 35). Em outros termos, a categoria centro-periferia designa um sistema internacional integrado e interdependente, mas com relações desiguais e contraditórias.

Sendo assim, no quadro do sistema capitalista interestatal vigente, a CTI é um dos elementos de assimetria entre os Estados no plano internacional. É um fator que contribui para a estratificação ou hierarquização da ordem internacional. Segundo Moreira Júnior (2015), “a aquisição e uso de conhecimentos e progresso técnico é fator responsável pela diferenciação econômica, social e política entre países, pois se trata, dentro de uma perspectiva sistêmica, de elemento fundamental para a promoção do desenvolvimento e modo de inserção dos diferentes países na geopolítica internacional.” (MOREIRA JUNIOR, 2015, p. 24). Conforme pesquisa realizada pelo Banco Mundial em 1998 (intitulada *Knowledge for Development*), mais do que o fator capital, o fator “acesso ao conhecimento” tem peso determinante na demarcação se um Estado é desenvolvido ou subdesenvolvido. De tal modo, considera-se o “acesso à ciência e tecnologia como um elemento central na determinação do nível de riqueza das nações.” (SENE, 2015, p. 11).

No âmbito das Teorias de Relações Internacionais, “realistas e teóricos do sistema-mundo enfatizam a dinâmica da inovação tecnológica e organizacional como fatores centrais por trás da ascensão e queda dos poderes hegemônicos” (MAYER; CARPES; KNOBLICH, 2014, p. 11). Um dos aspectos que contribui para importância da CTI nas relações exteriores dos Estados é o fato de ela ser um instrumento primordial para a competitividade comercial dos países. “Isso significa que quanto maior o acesso de um determinado país à fronteira tecnológica e maior sua capacidade de assimilá-la internamente, maior será também a sua capacidade de competir no comércio internacional” (SENE, 2015, p. 11). Essa é uma das razões pelas quais muitos autores destacam a importância de investimento em pesquisa e desenvolvimento (P&D), uma das faces da CTI. Em suma, num ambiente em que o “componente tecnológico nas inovações de produtos e

² Algumas das abordagens teóricas responsáveis pelo desenvolvimento e pelo emprego da categoria analítica centro-periferia são a Teoria dos Sistemas-Mundos, o Estruturalismo Cepalino e a Teoria da Dependência.

processos” passaram a ser fundamentais para a competitividade internacional de bens e serviços a CTI é crucial (RIBEIRO; BAIARDI, 2014, p. 594).

Indo mais a fundo na questão econômica por trás da relevância da CTI para as relações exteriores dos Estados, há um outro valor da CTI para além de ganhos comerciais por si só. Moreira Júnior (2015) destaca a importância da CTI para a conquista de monopólios temporários que permitiriam a acumulação de capital: “[...] no ambiente da competição capitalista que caracteriza o sistema mundial da economia-mundo, torna-se essencial o controle dos monopólios tecnológicos com vistas à acumulação do capital” (MOREIRA JUNIOR, 2015, p. 27). Neste sentido, haveria “uma busca contínua por inovações que apresentem maneiras alternativas de expandir sua margem de lucro.” (SENE, 2015, p. 29)”. Isso porque as mudanças tecnológicas são responsáveis pela consecução do episódio de monopólio que permite a acumulação de capital (MOREIRA JUNIOR, 2015).

Com isso, fica evidente que a CTI é elemento chave do desenvolvimento das nações e, na lógica de um sistema internacional estratificado em centro-periferia, determinante também para a posição internacional dos Estados. Assim, a CTI torna-se tópico importante na estratégia de inserção internacional dos países que buscam desenvolvimento, sendo, portanto, integrada às suas políticas externas. Troyjo (2003) afirma que para a conquista de capacidades científicas e tecnológicas é necessária a elaboração de políticas estatais consistentes, nas quais se incluiria a participação da diplomacia. Embora não seja sua única função, as políticas exteriores são um instrumento empregado pelos países para a consecução de seus objetivos de desenvolvimento. Isso porque a política externa auxilia na criação de condições para esse desenvolvimento (SPOHR; SILVA, 2016). O Brasil está inserido numa camada média desse sistema internacional intitulada “semiperiferia” (WALLERSTEIN, 1976). E, sob essa circunstância, a articulação da política externa e da PCTI, bem como ações diplomáticas bem orquestradas no que se refere ao tema da CTI ganham o status de primordiais para a consecução dos objetivos de desenvolvimento nacional brasileiros.

O conjunto das ações diplomáticas envolvendo CTI vêm sendo denominada de “diplomacia científica” e constitui fronteira de pesquisa na disciplina de Relações Internacionais e, principalmente, no subcampo da Análise de Política Externa (RUFFINI, 2017).³ Conforme a definição mais difundida, a diplomacia científica “é o processo pelo qual os Estados representam a si mesmos e a seus interesses na arena internacional quando se trata de áreas do conhecimento – aquisição, utilização e comunicação – adquiridas pelo método científico.” (TUREKIAN *et al.*, 2015, p. 4, tradução nossa). A diplomacia científica ainda pode ser definida como “uma estratégia usada por atores políticos para estimular interações científicas entre nações a fim de alcançar certos objetivos, como fortalecer os laços de parceria, propor soluções para problemas comuns e desenvolver conhecimento” (DOMINGUES; RIBEIRO NETO, 2017, p. 610).

Para Flink e Schreiterer (2010), três seriam as motivações para um país promover diplomacia científica: (1º) ter acesso a novas capacidades científicas, tecnológicas e de inovação; (2º) promover as suas

³ Importa salientar que a realização da diplomacia científica não se limita a ações empreendidas pela diplomacia oficial de um Estado. Há uma miríade de atores políticos não-estatais e não-governamentais envolvidos; que participam e promovem a diplomacia científica e que são fundamentais para os logros da diplomacia científica de um Estado. Contudo, dado o escopo do presente trabalho, a análise aqui proposta foca nas ações de diplomacia científica realizadas pelos governos dos Estados-nacionais.

capacidades num esforço de “marketing internacional” e (3º) ampliar sua capacidade de influenciar outros Estados a partir de suas capacidades científicas, tecnológicas e de inovação e sua benevolência cooperativa (FLINK; SCHREITERER, 2010). Domingues e Ribeiro Neto (2017) exemplificam algumas das ações de diplomacia científica:

As ações de diplomacia científica podem ser identificadas nas políticas externas de C&T de várias maneiras: como os tradicionais acordos bilaterais, internacionais e multilaterais de cooperação em C&T; como memorandos de entendimento e declarações de intenções; como investimento em cooperação técnica e transferência internacional de tecnologias; como programas de ajuda ao desenvolvimento que incluem atividades de C&T ou programas de instituições internacionais como o *Global Perspective On Science, Technology And Innovation* da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO); e outros acordos de cooperação internacional entre governos e outras instituições de ciência, tecnologia e inovação (DOMINGUES; RIBEIRO NETO, 2017, p. 612).

Contudo, quando se trata de esforços diplomáticos relativos à CTI de modo geral é necessário salientar “a complexidade de integrar vários conjuntos de agendas, muitas vezes em conflito entre si” (RIBEIRO, 2016, p. 690). Isso porque há uma profusão de atores trabalhando com o tema da CTI no interior de um mesmo governo. A resultante disso é que nem sempre haverá convergência total nas ações dos setores responsáveis pela formulação da política externa e da PCTI, no caso brasileiro, o Ministério das Relações Exteriores (MRE) e o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicação (MCTIC). Entretanto, entende-se que, no conjunto de um governo, há um mínimo denominador comum entre as burocracias para que as políticas estabelecidas estejam em conformidade com as preferências e prioridades políticas do governo central. Sendo assim, espera-se que a presença do tema da CTI na agenda internacional do Brasil corresponda às orientações político-econômicas gerais do governo no qual se desenvolveram.

Década de 1990: lógica neoliberal em voga

O cenário político internacional no início da década de 1990 era de otimismo liberal com o fim da “ameaça comunista”. Havia a percepção de que, a partir de então, a ordem liberal internacional construída pelos Estados Unidos da América (EUA) no pós-Segunda Guerra Mundial iria, enfim, funcionar sem grandes adversidades. A arena internacional seria predominada por negociações pacíficas e por cooperação. Na esteira desse otimismo liberal, consolidou-se o neoliberalismo no plano econômico internacional baseado, principalmente, nas orientações do Consenso de Washington. Os três fatores principais do reordenamento do sistema internacional no início dos anos 1990, de fato, foram a ideologia neoliberal, a supremacia do mercado e a superioridade militar dos EUA (CERVO, 2002). O fim da Guerra Fria também provocou uma ampliação da agenda internacional na medida em que os aspectos securitários preponderantes no momento da disputa bipolar foram abrandados. Com isso, uma das temáticas que pode emergir nessa janela de oportunidade foi a da ciência e tecnologia (TROYJO, 2003).

Sob essa conjuntura internacional, a década de 1990 representou um ponto de inflexão na política brasileira. Isso porque, simultaneamente, no plano interno, o momento de redemocratização possibilitou a ascensão de um novo projeto de desenvolvimento e, conseqüentemente, a construção de uma nova proposta de inserção internacional para o Brasil. Vizentini (2008) classifica o período como “a era dos Fernando” –

Fernando Collor de Mello, presidente de 1990 a 1992, e Fernando Henrique Cardosos (FHC), presidente de 1995 a 2002 – na qual houve o reinado do neoliberalismo. No entanto, nesse ínterim, houve o governo de Itamar Franco (no pós-impeachment de Collor) que destoou das diretrizes liberalizantes irrestritas do governo Collor, mas não impediu que estas fossem retomadas na sequência durante o governo FHC.

A promoção do liberalismo econômico foi o que pautou as políticas internas e externas de Collor e de FHC (CERVO; BUENO, 2011). Silva (2008) identifica três políticas específicas implementadas conforme o ideário neoliberal corrente: “a privatização das atividades estatais, a política de desregulamentação, com a redução da atividade da atuação do estado como disciplinadora da economia e das relações de trabalho, e a política de abertura ao capital internacional.” (SILVA, 2008, p. 122). E essa orientação neoliberal dos governos da década de 1990 impactou as políticas brasileiras para ciência e tecnologia (C&T).⁴ O principal efeito sobre as políticas de C&T foi submetê-las à lógica da competitividade: “A postura com relação à atividade científica foi colocá-la diretamente a serviço de um desenvolvimento industrial competitivo, numa economia caracterizada por um processo de abertura internacional” (LEMOS; CÁRIO, 2013, p. 7). Conforme, Viotti (2008) essa foi a principal agenda de C&T brasileira na década de 1990: a competitividade. Dias (2009) esclarece essa dinâmica:

As décadas de 1980 e 1990 foram notadamente marcadas pelo desmonte das estruturas estatais construídas ao longo das décadas anteriores. Se antes a consolidação da industrialização brasileira era vista como o processo que garantiria o desenvolvimento nacional, na fase posterior é a eficiência competitiva, garantida pela exposição das empresas locais à concorrência internacional, que passa a ocupar papel central no âmbito dessa estratégia. O incremento de competitividade garantiria também uma revitalização tecnológica, assegurada pela necessidade de modernização imposta pela concorrência acirrada (DIAS, 2009, p. 91).

Essa ênfase na competitividade resultou na incorporação do terceiro elemento do trinômio CTI: a inovação. Essa inclusão era tendência internacional no marco das criações de Sistemas Nacionais de Inovação ao redor do globo (LEMOS; CÁRIO, 2013). No Brasil, esse movimento teve início quando “a partir de 1999 a ênfase do governo em C&T passa a incorporar políticas de incentivo à inovação com a criação de mecanismos de fomento para aumentar os recursos em P&D e permitir a concretização de projetos de inovação tecnológica.” (LEMOS; CÁRIO, 2013, p. 12). Conforme Dias (2009), a adição do elemento inovação estava “ligada à ideia de que, para que os benefícios da geração de conhecimento cheguem à sociedade, este deva, necessariamente, passar pelas empresas” (DIAS, 2009, p. 124). A partir de então, o debate sobre C&T no Brasil foi comutado por um debate sobre CTI.

Para além dessas reorientações da PCTI brasileira, o cenário de crise econômica e de busca pela estabilização da economia que perpassou a década de 1990 gerou flutuações nos gastos públicos em C&T, relegando o tema a questão secundária nas prioridades do governo (DIAS, 2009). Durante o governo Collor, o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) foi, inclusive, rebaixado ao status de secretaria, recuperando sua condição ministerial no governo de Itamar Franco (LEMOS; CÁRIO, 2013). De qualquer modo, o que houve na década de 1990 foi uma redução do apoio governamental à produção da CTI (também como consequência da

⁴ Na época, ainda não se falava em CTI, já que o elemento “inovação” só foi incorporado na agenda brasileira posteriormente como será indicado na sequência.

busca pela redução do papel do Estado na economia), realocando parte de suas atribuições de produção de CTI para o setor privado.

Entretanto, todas essas reorientações da política brasileira para CTI não significaram um abandono do tema. Pelo contrário, essa reorientação na PCTI brasileira foi produzida paulatinamente desde o fim do regime militar, acelerando-se na década de 1990, mas sem produzir grandes rupturas no sistema nacional de CTI, ainda que alguns projetos com ênfase desenvolvimentista tenham sido abandonados (como os programas nuclear e de informática). Na realidade, ao final da década de 1990, o governo FHC promoveu ações marcantes para a CTI brasileira, como a criação dos Fundos Setoriais⁵ e a realização da 2ª Conferência Nacional de CTI.⁶ De modo geral, a década de 1990 foi “um período de reconstrução e fortalecimento de capacidades em matéria de políticas de CTI, mas sobre outra base de conhecimento” (BAPTISTA; DAVYT, 2014, p. 17).

No plano da inserção internacional, diante do quadro de hegemonia global do ideário neoliberal, Cervo e Bueno (2011) localizam nesse período a emergência de um novo paradigma no Brasil: o Estado Normal. Os três parâmetros de conduta estatal nesse paradigma de inserção internacional são: (i) o Estado subserviente (“submete-se às coerções do centro hegemônico do capitalismo”); (ii) o Estado destrutivo (“dissolve e aliena o núcleo central robusto da economia nacional e transfere renda ao exterior”); e (iii) o Estado regressivo (“reserva para a nação as funções de infância social”) (CERVO; BUENO, 2011, p. 489).

No âmbito da política externa, isso significou uma alteração qualitativa na abordagem às políticas de ciência e tecnologia brasileiras. Conforme Santos (1998), houve “a explicitação do abandono da meta de capacitação endógena e a legitimação do recurso a importação de tecnologias, como uma postura pragmática válida na busca de competitividade.” (SANTOS, 1998, p. 80). Isto é, a relevância da CTI deixou de ser atribuída à construção de capacidades para um desenvolvimento autóctone de longo prazo e passou a ser vinculada a demandas de bem-estar mais imediatas da sociedade brasileira de modo que as transações comerciais em ciência e tecnologia foram recurso fundamental.

De acordo com Troyjo (2003), isso condiz com “a tônica do discurso e da ação diplomática da diplomacia brasileira nos anos 90. A ênfase é colocada, assim, em ações no plano externo que objetivem, imediata ou proximamente, o aumento do bem-estar da sociedade brasileira” (TROYJO, 2003, p. 70). Especificamente para o caso do governo Collor, Vizentini (2008) identifica que o objetivo da política externa era “obter para o Brasil o acesso a novas tecnologias” e, para isso, “a abertura comercial se daria de forma unilateral e sem a devida reciprocidade de parceiros (e concorrentes) externos” (VIZENTINI, 2008, p. 81).

No plano das negociações diplomáticas brasileiras, um dos fatos de destaque durante a década de 1990 foi a questão da propriedade intelectual. Cervo e Bueno (2011) ao tratar do aspecto das negociações multilaterais da época afirmam que o “governo brasileiro cedeu, no GATT [*General Agreement on Tariffs and*

⁵ Os Fundos Setoriais foram criados para “financiar atividades de pesquisa nas empresas privadas que pudessem atenuar a assimetria entre as condições científica e tecnológica brasileira: enquanto o País apresenta consideráveis indicadores de produção científica (como, por exemplo, publicações em revistas internacionais de prestígio), a esfera tecnológica não ostenta o mesmo desempenho” (DIAS, 2009, p. 97).

⁶ A 1ª Conferência de Ciência e Tecnologia foi realizada em 1985 por iniciativa do então ministro da C&T Renato Archer. O objetivo era instituir um espaço para o debate pública sobre a política brasileira para C&T. Entretanto, a 2ª edição do evento só foi se realizar 16 anos depois, no governo FHC em 2001, já com o nome atualizado para Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. Posteriormente, ocorreram mais duas edições, uma em 2005 e outra em 2010 (BRASIL, 2010).

Trade], à pressão dos países avançados” (CERVO; BUENO, 2011, p. 506). O fato é que, em 1993, o Brasil aderiu à proposta de um regime internacional para questões relacionadas ao comércio de propriedade intelectual, o chamado acordo TRIPS – *Trade Related Aspects of Intellectual Property Rights*. Essa questão atingia a capacidade brasileira de acesso a determinadas tecnologias enquadradas sob o regime de preservação da propriedade intelectual. Por conta dessa possível restrição, desde a década de 1980 (quando houve o contencioso das patentes farmacêuticas com os EUA), o Brasil vinha – com o forte apoio da Índia – obstruindo o desenvolvimento da questão no âmbito da Rodada Uruguai do GATT (VIGEVANI; CEPALUNI, 2011).

Contudo, a reorientação da política externa brasileira em direção aos princípios neoliberais (associada ao baixo perfil diplomático assumido durante a década de 1990) propiciou a conclusão das negociações da Rodada Uruguai com a aprovação dos TRIPS que entraram em vigor já em 1995. E isso teve reflexos sobre a PCTI brasileira. De acordo com Dias (2009), “exemplos da adequação da legislação brasileira às normas internacionais envolvem as leis de Propriedade Industrial (Lei nº 9.279/1996), de Cultivares (Lei nº 9.456/97), de Programas de Computador (Lei nº 9.609/98) e de Direitos Autorais (Lei nº 9.610/98).” (DIAS, 2009, p. 92).

Sobretudo no governo FHC, a retórica diplomática para CTI estava assentada na projeção brasileira como *global partner*. Assim como Cardoso buscava posicionar o Brasil como *global trader* na agenda comercial internacional e como *global player* na agenda das relações políticas internacionais, a ideia do *global partner* pretendia posicionar o Brasil como ator relevante nas relações de cooperação internacional, visando “conferir-lhe ampla participação na criação e disseminação de conhecimentos passíveis de aplicação tecnológica” (TROYJO, 2003, p. 70-71).

De fato, a cooperação internacional foi ponto importante da diplomacia brasileira envolvendo CTI na década de 1990. Isso porque, ao final da década, teve início um processo de ampliação das relações de cooperação brasileira com países em desenvolvimento (a intitulada cooperação sul-sul) envolvendo CTI. Esse movimento desenvolveu-se principalmente no espaço sul-americano. Baptista e Davyt (2014) demonstram que os países latino-americanos mais desenvolvidos em termos científicos e tecnológicos (como é o caso do Brasil) transformaram-se em emissores de conhecimento para um grupo de países de sua região menos desenvolvidos em relação a si (BAPTISTA; DAVYT, 2014).

Isso pode ser enquadrado no duplo processo de globalização e regionalização em curso à época. No caso brasileiro, isso é perceptível, especialmente, no âmbito do Mercado Comum do Sul (Mercosul). Além disso, o início dessa dinâmica de cooperação sul-sul envolvendo CTI coincide com o processo de alteração matricial da política externa brasileira ao final do governo FHC em direção ao que conformaria uma política externa de “autonomia pela diversificação” nos governos Lula da Silva (SILVA, 2008; VIGEVANI; CEPALUNI, 2007).

Conforme dados da Plataforma Concórdia, foram assinados 28 acordos nos quais constaram a palavra “ciência” no campo do título e 26 nos quais constaram a palavra “tecnologia”, totalizando 54 atos internacionais para os dois termos. Na análise do conteúdo dos acordos (por meio da averiguação dos temas especificados no campo “assunto” dos acordos), a maioria ficou enquadrada em assuntos genéricos como “Cooperação Científica e Tecnológica” e “Cooperação Técnica” (Gráfico 1). Também salta aos olhos a ausência

do termo “inovação” nos títulos dos acordos celebrados na década de 1990, um reflexo da recente incorporação desse elemento à concepção de C&T no Brasil. Isso não significa, entretanto, que nos acordos assinados não constassem iniciativas de inovação. Significa, apenas, que, na época, “inovação” não era um termo comumente utilizado e associado à Ciência e Tecnologia tal como é nos dias de hoje.

Gráfico 1 – Temas dos acordos envolvendo “ciência” e “tecnologia” (1990-1999)

Fonte: elaborado pela autora com base em informações da plataforma Concórdia (BRASIL, 2019).

Década de 2000: transformações sem rupturas

Ao final da década de 1990 as expectativas globais de paz e prosperidade advindas da nova ordem internacional do pós-Guerra Fria estavam frustradas. As crises enfrentadas pelos países da periferia exacerbavam o caráter contraditório e desigual do sistema interestatal capitalista. Nessa conjuntura de desilusão liberal, o Brasil começou a rever a orientação de suas políticas. No âmbito da política internacional do Brasil, Silva (2008) afirma que “Fernando Henrique Cardoso, nesse contexto, passaria crescentemente a criticar a estruturação do sistema internacional” (SILVA, 2008, p. 150). Assim, a virada do milênio marcou uma transformação na política externa brasileira que viria a ser implementada paulatinamente por FHC e, posteriormente, acentuada e consolidada por Lula da Silva. Mas as frustrações não diziam respeito apenas às relações exteriores do Brasil. No plano doméstico, as políticas neoliberais de maneira geral haviam implicado custos sociais altos e a sociedade começava a questionar mais fortemente a conduta neoliberal ortodoxa. É nesse quadro que Cervo (2002) identifica, ainda no governo FHC, o ensaio de um novo paradigma de Estado no Brasil: o Estado Logístico. De acordo com Cervo e Bueno (2011),

Logístico é aquele Estado que não se reduz a prestar serviço, como fazia à época do desenvolvimentismo, nem a assistir passivamente às forças do mercado e do poder hegemônico, como se portava à época do neoliberalismo. Logístico porque recupera o planejamento estratégico do desenvolvimento e exerce a função de apoio e legitimação das iniciativas de outros atores econômicos e sociais, aos quais repassa responsabilidade e poder (CERVO; BUENO, 2011, p. 529).

Conforme Cervo (2002), o Estado Logístico representou, dentre outras coisas, “o reforço da capacidade empresarial do país” e “a aplicação da ciência e da tecnologia assimiladas” (CERVO, 2002, p. 10). Vigevani e Cepaluni (2007) afirmam que “o abandono do modelo de substituição de importações parecia consolidado, havendo certo consenso na sociedade em torno da ideia de uma economia internacionalmente competitiva.” (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007, p. 291). De fato, mesmo que a eleição de Lula da Silva, em outubro de 2002, tenha representado uma mudança no espectro político do bloco no poder, não houve transformação radical no modelo de desenvolvimento. Pelo contrário, em virtude das fortes desconfianças por partes de setores conservadores, Lula optou por manter a política macroeconômica ortodoxa dos governos FHC. Assim, houve certa linha de continuidade em parte das políticas do governo Lula, e a PCTI foi uma delas.

Para Lemos e Cário (2013), “a política científica e tecnológica foi uma das únicas políticas em que os governos com bases ideológicas distintas adotaram diretrizes semelhantes, o que fica expresso nos planos plurianuais dos governos FHC e Lula, cujos eixos estruturantes e objetivos declarados são muito próximos.” (LEMOS; CÁRIO, 2013, p. 12). Os autores destacam que, inclusive, os temas da agenda de CTI no país mantiveram-se os mesmos de modo geral (LEMOS; CÁRIO, 2013). Alguns exemplos que demonstram a continuidade da racionalidade da PCTI entre os governos FHC e Lula é o fato de em 2003 terem sido sancionadas a Lei da Inovação e a Lei do Bem as quais tiveram seu debate e sua elaboração realizadas no seio do governo FHC (DIAS, 2009).

Lula conservou o perfil de ênfase na questão da inovação, característica inaugurada no segundo governo FHC. Isso está associado ao aprofundamento do paradigma de Estado Logístico pelo governo Lula. O exercício das funções de apoio e legitimação dos empreendimentos de outros atores econômicos e sociais, conforme indica a definição de Estado Logístico de Cervo e Bueno (2011), foi ponto nevrálgico das ações em CTI brasileiras no período. Nesse marco, evidenciando o caráter terceirizador do Estado Logístico, alguns dos principais atores que desempenharam papel de destaque em ações de CTI no país foram as Universidades públicas (as quais fazem parte da administração indireta, gozando de grande autonomia para seu exercício) e as Fundações de Amparo à Pesquisa (com proeminência da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP), bem como aquelas corporações nacionais que vivenciaram franco processo de internacionalização durante a década de 2000. Do mesmo modo, a manutenção da ênfase no aspecto da inovação tem imbricada a racionalidade de que compete ao setor privado a transformação do conhecimento (produzido com financiamento público diga-se de passagem) em bens e serviços mercantilizáveis. Assim, permanece e se aprofunda o financiamento público à ciência e à tecnologia e se promove o apoio ao desenvolvimento de inovações no setor privado.

Se FHC conseguiu avançar nas questões relativas à CTI devido à estabilidade econômica que conseguiu estabelecer no país, Lula pode aprofundar as iniciativas de FHC a partir do crescimento econômico brasileiro logrado durante seu governo. O período de 2001 a 2010 foi bastante marcante para as PCTIs

brasileiras. Nesse ínterim foram debatidos e produzidos os principais e mais completos documentos sobre a CTI no Brasil até então, muito vinculados às realizações das Conferências Nacionais de Ciência, Tecnologia e Inovação em 2001, 2005 e 2000. Desse modo, em 2001 foi lançado o Livro Verde de PCTI brasileira, em 2002 o Livro Branco e em 2007 o Plano de Ação para Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Nacional (COSTA; DOMINGUES, 2014).

O novo paradigma de inserção internacional significou uma nova forma de atuação diplomática brasileira. Houve, naquele momento, a primazia de uma leitura crítica das assimetrias entre os Estados que teve como resultante “a busca de parcerias estratégicas com países similares em todos os continentes e uma reaproximação dos países subdesenvolvidos” (SILVA, 2015, p. 143). Assim, foi implementada a estratégia de busca de autonomia pela diversificação, a qual implicava uma mudança de ênfase em espaços multilaterais, além de mudança de peso atribuído a relações bilaterais (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007).

Os objetivos externos do período foram “o liberalismo do mercado com regras de reciprocidade de benefícios, a expansão dos negócios no exterior pela via do comércio e da internacionalização de empresas brasileiras e, enfim, o reforço de poder para influir sobre o ordenamento global e os regimes setoriais” (CERVO; BUENO, 2011, p. 528). Para tanto, uma das táticas adotadas foi o estabelecimento e o aprofundamento de parcerias internacionais, buscando uma cooperação em eixos vertical e horizontal combinados (PECEQUILO, 2008). Por conta dessa opção tática, a defesa do multilateralismo e as iniciativas de intensificação das relações com Estados do Sul global foram destaques da política externa brasileira do período.

Popolo (2016) identifica uma relação entre o crescimento da relevância científica brasileira e a maior projeção internacional do país sob essa nova estratégia de política externa estabelecida no governo Lula: “o surgimento do Brasil como uma base de pesquisa em rápida expansão está sendo correlacionado com o surgimento do Brasil como potência mundial em algumas áreas estratégicas cada vez mais importantes.” (POPOLO, 2016, p. 309). Essa nova posição internacional do Brasil no século XXI teve consequências sobre o planejamento estratégico do país: “Isso leva ao objetivo de, por exemplo, ampliar o conhecimento sobre ativos estratégicos para que as relações internacionais que o Brasil opte por seguir possam ser conduzidas a partir de uma posição de força em áreas cruciais relevantes [...]” (POPOLO, 2016, p. 311).

Durante a década de 1990, sob a égide do paradigma do Estado Normal, a maior parte das interações internacionais do Brasil em matéria de CTI foi com países desenvolvidos, em consonância com os objetivos da política externa da época. Costa e Domingues indicam, porém, que “estas escolhas tinham consequências práticas: o desenvolvimento de uma cooperação em C&T assimétrica” (COSTA; DOMINGUES, 2014, p. 551). Já a virada do milênio trouxe consigo “uma mudança nos padrões de cooperação científica internacional. Os países do sul passaram a representar atores importantes no campo da C&T [...]” (COSTA; DOMINGUES, 2014, p. 550).

No Brasil, “o tema de cooperação internacional em C&T ganhou maior projeção no país a partir dos anos 2000 quando documentos nacionais específicos para a C&T foram publicados [...] e discussões nacionais e internacionais foram organizadas envolvendo membros do governo brasileiro.” (COSTA; DOMINGUES,

2014, p. 547). Isso somou-se a esse novo perfil diplomático brasileiro sob o comando de Lula e repercutiu sobre a cooperação internacional do Brasil em matéria de CTI. Houve um aumento da totalidade na cooperação em CTI conforme a elevação da atuação diplomática brasileira, bem como também houve crescimento da cooperação em CTI no âmbito Sul-Sul, consequência da política de diversificação de parcerias.

Conforme dados coletados na Plataforma Concórdia, entre 2000 e 2010 foram celebrados um total de 127 acordos envolvendo os três temas individualmente. A fins de comparação (Quadro 1), durante a década de 1990 foram assinados 54 acordos envolvendo os temas. Desse modo, mesmo que a comparação quantitativa seja restringida devido à sobreposição de dados da Plataforma Concórdia, o aumento do número é significativo o suficiente para que se perceba um aumento real (fora da margem de erro) na década de 2000 de atos internacionais envolvendo “ciência”, “tecnologia” e “inovação”.

Quadro 1 – Comparação da totalidade de atos internacionais celebrados pelo Brasil envolvendo CTI

	1990-1999	2000-2010
Soma dos atos internacionais relativos à “ciência” + “tecnologia” + “inovação”	54	127

Fonte: elaborado pela autora com base em informações da plataforma Concórdia (BRASIL, 2019).

Dentre esses atos internacionais dos anos 2000, o termo “inovação” esteve presente em 10. Assim, fica evidente a incorporação do tema “inovação” no repertório dos acordos internacionais, algo ainda ausente na década de 1990 (embora isso não signifique que durante a década de 1990 não tenha havido atos relativos à “inovação”, apenas significa que durante os anos 1990 a concepção de “inovação” ainda não havia sido incorporada explicitamente tal como é hoje).

Além disso, numa análise qualitativa dos atos internacionais firmados pelo Brasil nos anos 2000 (Gráfico 2), chama atenção as mudanças nos temas dos acordos. Houve um significativo aumento de assuntos que ganharam destaque e passaram a ser considerados prioritários no governo Lula e que foram instrumentalizados no estabelecimento de cooperação Sul-Sul, como foi o caso do tema “agropecuária” por exemplo.

Gráfico 2 – Temas dos acordos de cooperação envolvendo “ciência”, “tecnologia” e “inovação” (2000-2009)

Fonte: elaborado pela autora com base em informações da plataforma Concórdia (BRASIL, 2019).

Considerações finais

O objetivo do presente trabalho foi compreender a presença do tema da Ciência, Tecnologia e Inovação (CTI) na agenda internacional do Brasil no período de 1990 a 2010 à luz das diretrizes de Política Externa Brasileira e das Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação (PCTIs) dos governos abarcados. A CTI é um elemento de assimetria entre os Estados e fator central para o desenvolvimento das nações. Por conta disso, o tema é incluído às estratégias de inserção internacional dos países, com especial relevância para aqueles da periferia e da semiperiferia que buscam o desenvolvimento. Nesse sentido, a integração do tema da CTI à agenda das políticas externas dos países periféricos e semiperiféricos é crescente. Perante esse cenário, e tendo em vista o histórico padrão retórico de busca por desenvolvimento e autonomia da diplomacia brasileira, foi realizada a análise da CTI na agenda internacional do Brasil nas primeira duas décadas de governos diretamente eleitos pós-redemocratização.

A década de 1990 foi marcada por um processo de ressignificação da ciência e tecnologia no país. Tal processo incluiu, ao final da década, a adição do elemento inovação – conformando o trinômio CTI – e a substituição da lógica de C&T em prol de um desenvolvimento no longo prazo por uma racionalidade de desenvolvimento de capacidades de CTI para a maior competitividade brasileira no cenário internacional. Sob essa perspectiva, as prioridades da política externa brasileira na época favoreciam relações assimétricas em matéria de CTI. Isso é ilustrado pela preferência por acordos de cooperação com países desenvolvidos e pela

cessão em posições historicamente adotadas pelo Brasil como forma de proteger as capacidades nacionais em CTI, como foi exemplificado no caso dos TRIPS.

Na década de 2000, é observada a continuidade e a consolidação da racionalidade inaugurada na década de 1990 para as políticas de CTI. Isto é, à luz das PCTIs a abordagem para a CTI na agenda internacional do Brasil teve continuidade mesmo em governos situados em espectros políticos diferentes. Não obstante, é à luz das diretrizes de política externa onde se observam diferenças entre os governos liberais da década de 1990 e o governo mais à esquerda de Lula da Silva (ainda que essa inflexão tenha começado ainda no governo FHC). A literatura indica a aproximação do Brasil com países em desenvolvimento e a instrumentalização das capacidades em CTI brasileiras para a projeção internacional. Ademais, houve um notório crescimento da CTI nos atos internacionais firmados pelo Brasil. No entanto, não é possível inferir que o tema da CTI ocupou maior espaço na agenda internacional do Brasil. O aumento da presença da CTI em atos internacionais celebrados pelo Brasil pode ser consequência da maior proatividade internacional do país que resultou em um aumento generalizado de acordos internacionais, e não uma conquista de maior espaço e/ou de priorização do tema na agenda brasileira.

A hipótese inicialmente adotada de que se pode notar uma abordagem diferente ao tema da CTI na agenda internacional do Brasil conforme as diferentes orientações político-econômicas dos governos em análise foi parcialmente comprovada. Os resultados da pesquisa demonstram linhas de continuidade nas PCTIs das décadas de 1990 e 2000, mesmo em governos de orientação política divergentes. Paralelamente, foi percebida uma maior atividade internacional brasileira em matéria de CTI na medida em que ocorreram mudanças no perfil internacional do Brasil (com maior proatividade e diversificação de sua atuação) decorrentes de uma nova orientação política-econômica nos anos 2000. Ainda que não seja possível identificar uma priorização do tema da CTI se comparado a outras pautas da agenda internacional do país, o Brasil, de fato, mudou sua atuação internacional em matéria de CTI nos anos 2000.

REFERÊNCIAS

- BAPTISTA, Belén; DAVYT, Amílcar. La elaboración de políticas de ciencia y tecnología e innovación en América Latina: ¿transferencia, adaptación o innovación? In: KREIMER, P. et al (Ed.). **Perspectivas Latinoamericanas en el Estudio Social de la Ciencia, la Tecnología y el Conocimiento**. Ciudad de México: Siglo XXI, 2014. p. 365-379.
- BRASIL. COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE ENSINO SUPERIOR – CAPES. **Conferência Nacional de CT&I acontece nos dias 26 a 28**. 2010. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/36-noticias/3788-ultimos-dias-para-inscricao-na-4o-conferencia-nacional-de-ctai>>. Acesso em: 12 maio 2010.
- BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Plataforma Concórdia**. Disponível em: <<https://concordia.itamaraty.gov.br/>>. Acesso em: 12 dez. 2019.
- CERVO, Amado Luiz. Relações internacionais do Brasil: um balanço da era Cardoso. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 45, n. 1, p. 5-35, 2002.
- CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. História da política exterior do Brasil. 4ª edição – revista e ampliada. **Brasília: Editora Universidade de Brasília**, 2011.

- COSTA, Maria Conceição da; DOMINGUES, Amanda Almeida. Dinâmica política e transformações internacionais: os desafios da cooperação internacional em Ciência e Tecnologia no Brasil. **Liinc em Revista**, v. 10, n. 2, 2014.
- DIAS, Rafael de Brito. A trajetória da política científica e tecnológica brasileira: um olhar a partir da análise de política. 2009. 237 p. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas, SP.
- DOMINGUES, Amanda Almeida; COSTA, Maria Conceição da. As políticas públicas de cooperação internacional em C&T: uma análise particular. **Teoria e Pesquisa: Revista de Ciência Política**, v. 22, n. 1, p. 91–101, 2013.
- DOMINGUES, Amanda Almeida; RIBEIRO NETO, Paulo Henrique. Science Diplomacy as a tool of international politics: the power of ‘soft power’. **Brazilian Journal of International Relations**, Marília, v. 6, n. 3, p.607-629, 2017.
- FLINK, Tim; SCHREITERER, Ulrich. Science diplomacy at the intersection of S&T policies and foreign affairs: toward a typology of national approaches. **Science and Public Policy**, v. 37, n. 9, p. 665-677, 2010.
- GLOBAL POLICY. **GLOBAL POLICY: Special Issue – Science Diplomacy**. Durham: Wiley-Blackwell, 29 nov. 2018. Disponível em: <https://www.globalpolicyjournal.com/journal-issue/special-issue-science-diplomacy>. Acesso em: 11 jun. 2020.
- INNSCIDSP. **São Paulo School of Advanced Science on Science Diplomacy and Innovation Diplomacy**: 2020. 2020. Disponível em: <https://2020.innsacidsp.com/>. Acesso em: 11 jun. 2020.
- LEMOS, Dannyela da Cunha; CÁRIO, Silvio Antonio Ferraz. A Evolução das Políticas de Ciência e Tecnologia no Brasil e a Incorporação da Inovação. In: Conferência Internacional LALICS 2013: Sistemas Nacionais de Inovação e Políticas de CTI para um Desenvolvimento Inclusivo e Sustentável, 11 e 12 de novembro de 2013, Rio de Janeiro. **Anais**. Rio de Janeiro, 2013.
- MAYER, Maximilian; CARPES, Mariana; KNOBLICH, Ruth. The Global Politics of Science and Technology: An Introduction. In: MAYER, Maximilian; CARPES, Mariana; KNOBLICH, Ruth (Ed.). **The Global Politics of Science and Technology**: Concepts from International Relations and Other Disciplines. Heidelberg: Springer, 2014. p. 1-35.
- MOREIRA JUNIOR., Hermes. **Inovação, Competição Internacional e Transição Hegemônica: a Política Científico-Tecnológica dos Estados Unidos para evitar o declínio no século XXI**. 2015. 184 f. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP, PUC-SP), São Paulo, 2015.
- PECEQUILO, Cristina Soreanu. A política externa do Brasil no século XXI: os eixos combinados de cooperação horizontal e vertical. **Revista Brasileira de Política Internacional**, p. 136-156, 2008.
- POPOLO, Damian. Science and International Relations: Brazil and the Geopolitics of Knowledge. **Brazilian Journal of International Relations**, Marília, v. 5, n. 2, p. 291-315, 2016.
- RIBEIRO, Maria Clotilde. Brazilian Science and Technology Policy and the Case of Embrapa Semiarid. **Contexto Internacional**, v. 38, n. 2, p. 685-710, 2016.
- RIBEIRO, Maria Clotilde; BAIARDI, Amílcar. Cooperação Internacional em Ciência e Tecnologia: Refletindo Conceitos e Questões Contemporâneas. **Contexto Internacional**, v. 36, n. 2, p. 585-621, 2014.
- RUFFINI, Pierre-Bruno. **Science and Diplomacy: A New Dimension of International Relations**. Springer, 2017.

- SCIENCE & DIPLOMACY. AAAS Center For Science Diplomacy, 2020. Disponível em: <http://www.sciencediplomacy.org/>. Acesso em: 11 jun. 2020.
- SENE, Túlio Silva. **Um Processo Chamado Progresso: desafios e limites do intercâmbio global de ciência e tecnologia na economia-mundo**. 2015. 141 f. Tese (Doutorado) - Curso de Economia Política Internacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2015.
- SENE, Túlio Silva. Economia política internacional e a retomada da análise do sistema-mundo e da hierarquia conceitual centro-periferia. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, 2018.
- SILVA, André Luiz Reis da. **Do otimismo liberal à globalização assimétrica: a política externa do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002)**. 2008. 360 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.
- SILVA, André Luiz Reis da. Geometria variável e parcerias estratégicas: a diplomacia multidimensional do governo Lula (2003-2010). **Contexto Internacional**, v. 37, n. 1, p. 143, 2015.
- SPOHR, Alexandre Piffero; SILVA, André Luiz Reis da. Foreign Policy's Role in Promoting Development: the Brazilian and Turkish Cases. **Contexto Internacional**, v. 39, n. 1, p. 157-178, 2017.
- TROYJO, Marcos Prado. **Tecnologia e Diplomacia: Desafios da Cooperação Internacional no Campo Científico-Tecnológico**. São Paulo: Aduaneiras, 2003.
- TUREKIAN, Vaughan C.; *et al.* The Emergence of Science Diplomacy. In: DAVIS, Lloyd S.; PATMAN, Robert G. (ed.). **Science Diplomacy: new day or false dawn?**. Singapore: World Scientific, 2015. p. 3-24.
- VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. **Contexto Internacional**, v. 29, n. 2, p. 273-335, 2007.
- VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. **A política externa brasileira: a busca da autonomia, de Sarney a Lula**. São Paulo: Unesp, 2011. 232 p.
- VIOTTI, E. B. Brasil: de política de C&T para política de inovação? Evolução das políticas brasileiras de ciência, tecnologia e inovação". In: VELHO, L. & SOUZA PAULA, M. C. (Ed.). **Avaliação de políticas de ciência, tecnologia e inovação: diálogo entre experiências internacionais e brasileiras**. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2008.
- VIZENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. **Relações Internacionais do Brasil: de Vargas a Lula**. 3ª edição. Editora Fundação Perseu Abramo, 2008.
- WALLERSTEIN, Immanuel. Semi-peripheral countries and the contemporary world crisis. **Theory and society**, v. 3, n. 4, p. 461-483, 1976.

*Recebido em 08 de março de 2020.
Aprovado em 07 de junho de 2020.*

RESUMO

O objetivo do presente trabalho é compreender a presença do tema da Ciência, Tecnologia e Inovação (CTI) na agenda internacional do Brasil no período de 1990 a 2010 à luz das diretrizes de Política Externa Brasileira e das Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação (PCTIs) dos governos abarcados. A hipótese adotada pelo trabalho é a de que se pode notar uma abordagem diferente ao tema da CTI na agenda internacional do Brasil conforme as diferentes orientações político-econômicas dos governos em análise. Os resultados da pesquisa demonstram que à luz das PCTIs a abordagem para a CTI na agenda internacional do Brasil teve continuidade mesmo em governos situados em espectros políticos diferentes. Não obstante, à luz das diretrizes de política externa se observam variações entre os governos da década de 1990 e os governos da década de 2000. Para os anos 2000, foi percebida uma maior atividade internacional brasileira em matéria de CTI na medida em que ocorreram mudanças no perfil internacional do Brasil (com maior proatividade e diversificação de sua atuação) decorrentes de uma nova orientação política-econômica nos anos 2000. Ainda que não seja possível identificar uma priorização do tema da CTI se comparado a outras pautas da agenda internacional do país, o Brasil, de fato, mudou sua atuação internacional em matéria de CTI nos anos 2000.

Palavras-chave: Política Externa Brasileira; Ciência, Tecnologia e Inovação (CTI); Diplomacia.

ABSTRACT

This paper aims to understand the presence of Science, Technology and Innovation's (CTI) theme in the international agenda of Brazil in the period from 1990 to 2010 in the light of the guidelines of Brazilian Foreign Policy and the Policies of Science, Technology and Innovation (PCTIs) of the governments covered. The working hypothesis is that in accordance with the different political-economic guidelines of the governments under analysis there is a different approach to STI in Brazil's international agenda. The research results demonstrated that in the light of the STIPs, the approach to STI in Brazil's international agenda has continued even in governments located in different political spectrum. Nevertheless, in the light of the foreign policy guidelines variations are observed between the governments of the 1990s and the governments of the 2000s. For the 2000s, it is observed a higher Brazilian international activity in the field of STI was perceived as changes in the international profile of Brazil (with greater proactivity and diversification of its activities) have occurred as results of a new political-economic orientation in the 2000s. Although it is not possible to identify a prioritization of the STI theme when compared to other agendas on the country's international agenda, Brazil, indeed, has changed its international performance in the field of CTI in the 2000s.

Keywords: Brazilian Foreign Policy; Science, Technology and Innovation; Diplomacy.

COPYRIGHT:

Este é um artigo publicado em acesso aberto e distribuição sob os termos da Licença Creative Commons de Atribuição Não-Comercial Compartilha-Igual 4.0 Internacional (CC BY-NC-SA 4.0), que permite seu uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, bem como sua transformação e criações a partir dele, desde que o autor e a fonte originais sejam creditados. Ainda, o material não pode ser usado para fins comerciais, e no caso de ser transformado, ou servir de base para outras criações, estas devem ser distribuídas sob a mesma licença que o original.

This is an open-access article distributed under the terms of a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 4.0 International License (CC BY-NC-SA 4.0), which permits its use, distribution and reproduction in any medium or format, as well as to transform and build upon the material, provided that the original author and source are credited. Furthermore, the material cannot be used for commercial purposes, and in case it is transformed, or used as bases for other creations, these must be distributed under the same license as the original.